

peças terão, algum dia, expectativa de ter a sua escritura, o seu documento, a sua segurança jurídica.

Não terão, porque se hoje a empresa, com a quantidade de técnicos, com um Orçamento todo ano, não prioriza isso, não é do seu escopo querer fazer regularização, querer garantir, quiçá ela privatizada, quiçá ela extinta, quiçá a secretaria cuidando disso aí. Não vai dar conta. É uma maneira de deixar a política pública para as pessoas que mais precisam da força do estado ao relento, ao léu, sem nenhum compromisso, sem nenhuma responsabilidade.

Existem outros tantos conjuntos, na Cidade A. E. Carvalho. O nome até é cidade, de tão grande que é a quantidade de empreendimentos da CDHU, que inclusive incorporou imóveis do Ipesp e até hoje não estão regularizados.

Conheço também outra comunidade - tenho conversado muito com a CDHU para tentar regularizar -, Vila Nova, lá em Itaquera. Deve ter lá umas 20 mil famílias morando. Imaginem se, com a extinção da CDHU, essas pessoas terão documentos, escritura, e por aí vai.

Se formos ao município de Ferraz de Vasconcelos, temos também empreendimentos lá, por exemplo, José Chacon Moriel, o famoso Parque São Francisco. As pessoas não têm expectativa de quando vão ter documentos dos seus apartamentos, das suas moradias.

Em Itaquaquecetuba, uma cidade pobre, pobre no sentido per capita, uma cidade que tem muitos problemas sociais, muitos conjuntos habitacionais que as pessoas jamais terão a expectativa de terem seus documentos.

Então, a extinção da CDHU, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é de uma maldade desse governo, do governo João Agripino Doria, sem precedentes. Não tem porque ele fazer tanta maldade com o povo, povo esse para o qual eles vão lá pedir voto.

Este ano certamente vão lá, mas nós vamos estar lá para dizer a maldade que estão fazendo com eles. Nós vamos estar lá, porque eu moro lá. Eu moro na periferia. Muitos deputados aqui moram na região, moram na Grande São Paulo. Vamos estar lá para falar das maldades que esse governo tem feito com a população.

Por isso somos contrários a esse projeto. Não tem a menor condição. Não é questão de ser de oposição ou de ser de situação, é uma questão de concepção. Não tem como a gente votar “sim” a um projeto desses. Não tem. Eu não teria coragem.

Eu não teria como olhar no olho dos eleitores, das pessoas que votaram em mim e daqueles que não votaram em mim, mas que eu também represento. Não teria coragem de dizer: “Olha, você vai ficar... se você tinha, você não vai ter mais..”.

E vou além. Tem diversas comunidades que precisam ser regularizadas pela CDHU, que também tinha programa. Existiam programas de regularização fundiária que, também, imagine se isso vai existir, imagine se vai ter.

Certamente, líder, nosso líder aqui, o Orçamento da Secretaria de Habitação para o próximo ano será triplicado, porque todas as vezes que a gente vem falar aqui de investimento na Habitação, nunca tem, é sempre diminuído.

“Ah, vai ter o ‘Casa não sei o que’, vai ter o programa tal”, mas na verdade é um ledo engano, porque a gente não tem visto esse investimento na política habitacional. E é por isso que nós vamos votar contrários ao PL 529/2020.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para falar contra, o deputado Maurici, pelo tempo remanescente da sessão, de 9 minutos e 45 segundos. Na segunda sessão extraordinária, V. Exa. terá o tempo complementar.

O SR. MAURICI - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, boa noite a todos e a todas, eu procurei ouvir com bastante atenção os oradores e as oradoras que me antecederam.

Fiquei pensando aqui no que sente o cidadão comum quando ouve a leitura do PL 529 e vê que o governador João Doria, no mesmo projeto de lei, pretende lidar com o repasse, ou com o não repasse, de recursos do Tesouro para o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, pretende extinguir fundações e organismos como Fundação Geológica, Instituto Florestal, Oncocentro e, na mesma peça, na mesma propositora, se dispõe também a discutir matéria tributária.

Eu fico me perguntando o que o cidadão comum pensa de um projeto que trata de gato, papagaio, periquito, como é esse projeto, de coisas dispares e diferentes. Depois eu fico olhando para o cidadão comum, na ótica dele, cidadão e cidadã, quando ele vê como é que estão posicionados os partidos políticos desta Casa em relação a esse projeto.

Ele vê que o Partido dos Trabalhadores, que tem no seu ideário a defesa dos interesses dos trabalhadores da sociedade e que é acusado por aqueles que dizem que ele é a favor de um estado agigantado, se posiciona contra o projeto em questão.

E, ao mesmo tempo, nós vemos partidos liberais, como o Novo, como o PSL, que defendem em seu ideário o estado mínimo, que também são contra ou se posicionam contra muitos aspectos desse projeto de lei.

Eu fico me perguntando o que é que pensa o cidadão comum sobre esse projeto. A conclusão a que eu chego, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, é que o cidadão e a cidadã comum olham para esse projeto e pensam no seguinte: o governador disse que está procurando recursos para equilibrar o Orçamento público, então ele foi lá, catou meia dúzia de coisas, que talvez somando na ponta do lápis chegue ao número que ele imagina que precisa para equilibrar o Orçamento e ele fala assim, “vamos extinguir isso daqui, vamos extinguir essas coisas todas aqui”.

No caso do lamspe, por exemplo, eu não sei se ele está querendo extinguir a saúde do servidor, não o instituto, deputada Bebel, mas, na medida em que ele quer diminuir os recursos do instituto que sustenta a saúde do servidor, eu fico me perguntando se não está na cabeça dele extinguir essa categoria. Talvez seja um caminho não tão curto, mas mais fácil.

Eu fico me perguntando qual é o sentido de se extinguir uma fundação como o Oncocentro. Eu fico me perguntando qual é o sentido de um corte tão profundo nos recursos das universidades do estado de São Paulo.

Eu fico me perguntando se, para além do presente de trevas que o estado de São Paulo atravessa, o governador não pensa também no futuro deste estado quando mexe, de forma tão, de mão tão pesada, como já foi dito aqui, nos recursos destinados à pesquisa.

Eu estou falando em pesquisa, mas não estou falando só nas universidades. Todos os outros institutos, de uma maneira ou de outra, com esse PL, vão perder recursos importantíssimos do ponto de vista do acúmulo em pesquisa, que vão ser, sem dúvida, prejudicados com essa iniciativa.

Eu fico me perguntando se não era hora de o Governo do Estado estar preocupado em construir estruturas de governança metropolitana, e não em extinguir estruturas como a EMTU. Se não era esse o momento de pensar em uma estrutura de governo que articulasse metrô, CPTM, linhas de transporte municipal, intermunicipais, ao invés de navegar em outra direção, que é na direção de extinguir a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos.

Eu fico me perguntando, Dr. Jorge, o senhor que milita com a questão da habitação há bastante tempo, eu não sei quantas casas a prefeitura de São Paulo construiu no governo João Doria. O senhor sabe? Tem uma ideia? Centenas, dezenas, milhares?

E agora, no Governo do Estado, enquanto governador? Quantas casas ele construiu? Não é certa ironia, deputado, que quem não construiu casa nenhuma quer extinguir a CDHU, que construiu ao longo desses anos milhares e milhares de habitações populares?

Eu retorno dizendo que eu procurei ouvir atentamente os oradores e as oradoras que me antecederam e me fixei um pouco nas palavras do deputado Gil, que dizia o quanto ele aprende aqui nesta Casa, dia após dia.

Fiquei me perguntando quanto, não que eu não tenha aprendido, aprendi muito com a valente defesa do projeto que fez o líder do Governo nesta Casa, mas acho que eu teria aprendido muito mais, deputados e deputadas, se secretários e presidentes de empresas que foram convidados a vir a esta Casa, como lembrou o deputado Campos Machado, para discutir, esclarecer as bases e as intenções desse projeto de lei, tivessem atendido o convite.

Quanto mais transparente poderia ter sido esse debate, quanto mais esclarecedora poderia ser a discussão desse projeto e o quanto, talvez, o cidadão e a cidadã paulista, a quem eu me referi no começo da minha fala, poderia estar confuso com o teor multidisciplinar desse projeto do governador.

Poderia não estar entendendo o posicionamento contrário ou a favor desse projeto, de concepções tão díspares de sociedade que já se manifestaram aqui e de economia.

Se esse cidadão comum não estaria muito mais seguro ao formular a sua opinião sobre esse projeto sobre a iniciativa do governador, sobre os posicionamentos dos diferentes partidos, bancadas, deputados e deputadas desta Casa, se tivessem ouvido as explicações dos dirigentes convidados aqui pelo deputado Campos Machado para falar nesta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que é claro. A Mesa tem as suas responsabilidades a cumprir, seu procedimento, mas eu saio desta tribuna hoje com a convicção de que o estado de São Paulo não perderia se nós demorássemos um pouco mais de tempo para discutir as diferentes opiniões, as diferentes motivações que estão nesse propositora e, principalmente, olhar para aquilo que podem ser as consequências da autorização que esta Casa pode ou não dar ao governador...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Maurici, eu vou pedir desculpas a Vossa Excelência. Nós encerramos o tempo remanescente desta sessão. Vossa Excelência ainda tem 5 minutos e 15 segundos, que eu devolverei na segunda sessão extraordinária que nós teremos daqui a dez minutos.

Esgotado o tempo da presente sessão, está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 22 horas.

28 DE SETEMBRO DE 2020

<p>Presidência: CAUÊ MACRIS</p> <p>Secretaria: FERNANDO CURY, MAURO BRAGATO e RICARDO MADALENA</p>
--

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 529/20.
2 - MAURICI
Discute o PL 529/20.
3 - CAMPOS MACHADO
Solicita verificação de presença.
4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.
5 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA
Discute o PL 529/20.
6 - JOSÉ AMÉRICO LULA
Discute o PL 529/20 (aparteado pelo deputado Carlos Giannazi).
7 - GILMACI SANTOS
Discute o PL 529/20.
8 - CAMPOS MACHADO
Solicita verificação de presença.
9 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença.
10 - CARLA MORANDO
Para questão de ordem, indaga à Presidência o trâmite da sessão.
11 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Informa que é necessária a confirmação do quórum regimental para o andamento da sessão.
12 - DRA. DAMARIS MOURA
Para questão de ordem, indaga à Presidência informação a respeito do andamento da sessão.
13 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Informa que está em andamento a segunda chamada de verificação de presença. Anuncia o resultado da verificação de presença, que não alcança quórum regimental. Levanta a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Discussão e votação do Projeto de lei nº 529, de 2020. Chamo para falar pelo tempo remanescente de 5 minutos e 15 segundos o deputado Maurici. Tem a palavra V. Exa., deputado.
O SR. MAURICI - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu dizia, então, o quanto eu acredito que, se nós abrissemos um pouco mais o debate, ouvíssemos mais as diferentes posições acerca das várias questões que são encerradas nesse projeto de lei, talvez o cidadão comum, a cidadã comum pudesse ter uma ideia mais exata, mais precisa de qual é o debate que nós estamos travando nesta Casa, o que significa a autorização que o governador quer desta Casa nesse projeto de lei e quais são as consequências...
O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Preservado o tempo do orador na tribuna de 4 minutos e 30 segundos.
O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, regimentalmente eu gostaria de requerer uma verificação de presença.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Convido os deputados Fernando Cury e Mauro Bragato para auxiliar esta Presidência no pedido formulado pelo deputado Campos Machado, de verificação de presença.

- É iniciada a chamada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Constatado quórum regimental, agradeço ao deputado Fernando Cury e o deputado Mauro Bragato e devolvo, agora sim, o tempo remanescente de quatro minutos e 34 segundos ao deputado Maurici à tribuna.

O SR. MAURICI - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu dizia então em relação ao Projeto de lei 529, do quanto poderia ser mais útil e mais esclarecedor um debate mais alongado dos diferentes temas que ali estão contidos. Digo mais, Sr. Presidente, porque pode não ter ficado muito clara a minha posição, que é uma posição contrária ao projeto 529 e é contrária por várias razões.

A minha posição é contrária porque acredito no estado como gestor, em especial do que é fundamental para a sobrevivência e a qualidade de vida das pessoas. Acredito que temos que aprimorar os modelos de gestão do estado, e não destruí-los, não entregá-los à iniciativa privada simplesmente.

Sr. Presidente, eu sou de uma família de funcionários públicos estaduais, meus pais eram funcionários do Hospital Psiquiátrico do Juqueri, minhas irmãs, minhas tias, toda a minha família.

Boa parte da cidade de onde eu venho se formou por trabalhadores, funcionários públicos do Governo do Estado. Mais que isso, minha cidade tem dois parques estaduais, um deles completamente no nosso território e o outro lindeiro a ele.

Enfim, nossa cidade sofre com problema de enchente, de desmoronamento. Enfim, só por essas três características da minha trajetória, eu poderia mencionar razões suficientes, como a falta de recursos para o lamspe, como a extinção do Instituto Florestal, do Instituto Geológico, para ser contrário a este projeto, para além das razões de crença na maneira como pode ser gerido o estado, tanto diretamente como indiretamente.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A próxima inscrita é a deputada Monica, para falar contra o projeto. Tem a palavra Vossa Excelência.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite, Sr. Presidente, caros colegas e quem acompanha. Primeiro, deixa eu explicar para quem não está entendendo o que está acontecendo hoje. Estou recebendo mensagens de servidores públicos do Estado, ativistas, da sociedade, que contam com os serviços públicos que constam nesse projeto.

O que é que está acontecendo: em uma inabilidade típica de um governante mimado que acha que vai governar este Estado no tapetão, ele diz que - ele diz que, mas não comprovou à Assembleia Legislativa - precisa economizar dez bilhões.

É muito difícil, Carlão, enxergar e fiscalizar os gastos e arrecadação do governo. A gente passou dias ali fazendo pente fino nos portais de transparência, e o senhor deve saber da dificuldade que nós da oposição temos de ser recebidos pelos secretários.

Então, eu não sei se vocês vão ter dificuldades com dez bilhões, de onde foi, para onde foi. Eu acompanhei até março na linha fina e, em março, o PSOL constatou que o estado de São Paulo tinha batido, por exemplo, recorde de arrecadação de ICMS. Entendo que talvez, durante os meses de quarentena, a arrecadação tenha caído, mas vocês não explicaram ainda por que dez bilhões.

Para onde? Não teve auxílio emergencial, não teve crédito para pequeno agricultor, não teve compra de material hospitalar para interiores; teve alguns hospitais de campanha, que não atenderam a Capital. Ai quero saber do governo: vocês gastaram dez bilhões nisso? É ai que está a crise? Quanto custou? Porque a gente precisa discutir isso então, onde é que se perdeu esse dinheiro, porque eu não achei.

Princípio número um: o governo deveria provar para esta Casa que está com dificuldade financeira, o que deixou de arrecadar e o que gastou, para participação e respeito entre os Poderes. Não comprovou, então eu não estou com pressa. Se vocês estivessem, vocês teriam negociado com a gente. Segundo: o governo quer extinguir empresas superavitárias, que geram recursos para o estado de São Paulo, empresas que se autofinanciam.

Dois, esse projeto era inclusive inconstitucional, tamanho o afobamento para aprovar esse projeto. Previa aqui o confisco de fundos da pesquisa importantes para este período do estado de São Paulo. A gente viu a importância das universidades para desenvolver teste, respiradores de baixo custo e até para pesquisar a fundo do que se tratava o vírus.

Um projeto dessa magnitude, que mistura reforma administrativa, reforma tributária, extinção de empresas, extinção de fundos, concessão de parques... E olhe, a gente não está falando de privatização. O governo, que está falando que precisa de recursos, sequer está vendendo. Essa também é uma diferença desse novo PSDB.

Ele quer se situar aqui e ali, mas não é nem liberal “stricto sensu”, porque não está vendendo; está extinguindo, tamanho é o rancor do serviço e dos servidores públicos do estado de São Paulo. É baixar as portas, demitir servidores e deixar de prestar serviço para a população. Por quê? Para economizar dinheiro?

Não, de novo eu vou repetir: tem empresas superavitárias; tem empresas que geram recursos; tem empresas que se auto sustentam, mas o governo quer enfiar aqui num projeto de 69 páginas tudo junto e misturado. Ai de novo o líder do Governo vai me dizer: “Você não leu o projeto”.

Carlão, gostaria de ter tido tempo de estudar esse projeto, porque é um projeto extenso; é um projeto complexo, que exige de nós a responsabilidade de fazer a conta até o final no que vai implicar. São 69 páginas de uma mistura, de uma salada mista que fala de tudo.

Queria ter estudado, Carlão. Me dê tempo para ler, Carlão. Dê tempo para esta Casa fazer política com responsabilidade, porque isto daqui é vida de pessoas; isto daqui é emprego de pessoas; isto daqui é atendimento público para as pessoas. Não, não tive tempo de ler esse projeto nos 45 dias porque são 69 páginas de artigos que mexem cada um com um ponto diferente dos serviços públicos do estado de São Paulo.

Também não tive tempo de ler o relatório do relator, sabe por quê? Porque ele saiu na sexta-feira e, por mais que eu tivesse passado 48 horas estudando, ia ser bastante difícil comprovar, mas o que o governo dá é só a palavra dele falando: “Eu quero economizar. Vou fechar e aceitem vocês se quiserem”.

Diante disso, não tem negócio, porque a falta de abertura de negócio vem do governo. Se quer economizar e se está faltando recurso, pense comigo você, cidadão: tem gente que deve para você muito dinheiro e você está com dificuldade de pagar suas contas. O que você vai fazer? Fechar a porta do seu negócio, que rende algum dinheirinho para o orçamento total da sua casa, ou você vai cobrar os seus devedores?

Por que a gente não fala aqui de benefícios fiscais? O PSOL tem um projeto que cria critérios para os benefícios fiscais, cujo governo concede anualmente uma média de 20 bilhões de reais.

Por que a gente não começa a discutir esses benefícios? Por que a gente não discute os quatro principais devedores do Estado - devedores, dívida ativa - que sozinhos devem dez bilhões ao Estado? Por que não cobrar os seus credores?

Extinguir serviços públicos é só ódio do servidor e do serviço público, que atendem a população. Então, o governo está passando aqui esse projeto no tapetão: 45 dias, sem negociação, sem transparência. Não comprova que tem dívida; não mostra as contas até o final de onde vão vir esses dez bilhões que está dizendo por aí. Quer que eu seja obrigada a acreditar que se tratam de dez bilhões de reais.

Aumenta impostos, fecha empresa, etc., não negocia e está dizendo que a gente aqui não sabe negociar. Tudo bem, o projeto chegou aqui na Assembleia Legislativa numa segunda-feira, onde tradicionalmente a gente quase nunca tem sessão. Eu não me lembro de ter tido uma sessão de segunda-feira desde que eu cheguei aqui nesta Casa.

Uma correria para colocar parlamentar na Casa, porque nós somos obrigados a discutir durante seis horas. Ou a gente

mantém aqui a discussão, uma discussão que não tem ninguém prestando atenção, uma discussão em que a grande postura do governo é: “Vai ser do meu jeito ou não será”; “Eu governo aqui sozinho ou vota”.

Então hoje, você, servidor, servidora, usuário do serviço público que está acompanhando, nós vamos até meia-noite e meia aqui debatendo e discutindo para não votar, porque o governo chamou esta sessão de segunda-feira às pressas, porque quer votar até quarta-feira, porque foi a ordem que o governador João Doria deu.

Até quarta-feira quer o projeto fora daqui, custe o que custar. Por isso nós estamos aqui madrugada adentro, num horário insalubre, com nenhum diálogo, com nenhuma possibilidade de negociar com o governo, fazendo esse debate. Esse debate que pode inaugurar um novo tempo do PSDB aqui no estado de São Paulo, porque a gente está conversando.

Fica aqui tentando ameaçar que Fulano de Tal virou a casaca, virou isso, virou aquilo. É o Doria que não é nada, coisa nenhuma, que não tem nenhum vínculo ideológico, nenhum compromisso com a população do estado de São Paulo, nem com seus eleitores. Está fazendo malabarismo para tentar se encaixar à direita, mas nem isso consegue, porque esse projeto nem liberal é. É só um acidente, uma catástrofe.

Então, o que está acontecendo aqui é que tem uma maioria contrária, porque o projeto é ruim, porque o projeto é um ataque gratuito aos serviços públicos e aos servidores. Esse projeto é um ataque à população do estado de São Paulo. É para salvar o Orçamento? Primeiro, prove.

Vamos fazer conta juntos. Eu topo fazer conta juntos. Vamos ver de onde pode tirar recursos, mas assim, no tapetão, está inaugurando aqui uma nova era de uma maioria reunida para dizer para o governador João Doria: “Não manda sozinho. Não é reinho. Não vai governar desse jeito”. Se quiser governar, vai ter que aprender a dialogar, coisa que ainda não fez.

Eu queria falar aqui de duas empresas, fundações importantes para o Meio Ambiente. A gente passou por semanas discutindo, muito assustados e comovidos, as queimadas que atingiram os três principais biomas do Brasil: a Amazônia, o Pantanal e o cerrado, inclusive o cerrado paulista. Nas duas últimas semanas, áreas importantes de preservação ambiental - cerrado paulista, Mata Atlântica - também se incendiaram no estado de São Paulo.

Recebi centenas de chamadas: Bauru, Águas da Prata, Rio Preto, Ribeirão, Campinas, Jundiaí, Sorocaba, Itu e outras tantas cidades combatendo os incêndios com as mãos da própria população. Neste momento, eu quero deixar o meu abraço recolho ao pessoal do Instituto Mucky Itu, um instituto que recolhe macacos que não podem ser devolvidos à natureza porque foram criados em cativeiro. A área do Mucky está pegando fogo há 48 horas.

Quem está ajudando a combater os incêndios, inclusive formando brigadas populares, é o instituto e a Fundação Florestal, que também está aqui neste projeto. O instituto também está aqui neste projeto. Importante para a preservação ambiental, 50 mil hectares de áreas de preservação que eles estão tentando legalizar, preservar, formando brigadas populares.

Outro organismo importante para a preservação ambiental e para administrar os conflitos de terras é o Itesp, que atende cerca de nove mil famílias, entre elas as quilombolas do estado de São Paulo, que presta assessoria técnico-científica para plantio, sim, mas media os conflitos do campo e é responsável pela regularização fundiária em um diálogo com o Governo do Estado de São Paulo.

Extinguir o Itesp significa jogar quantos hectares? Quinhentos mil de terras devolutas do estado de São Paulo, sem nenhuma mediação, que vão ficar aí, à disposição da grilagem de terra dos plantadores de cana dos interiores? E a extinção de todas essas empresas deve reduzir um recurso mínimo, infimo, perto do serviço prestado à população, porque serviço público é serviço prestado à população, e é isso que o governo está combatendo.

O PSOL vai seguir veementemente na obstrução e na tentativa de organização para entregar essa derrotada ao governador João Dória, porque o governo tem que aprender que está acabando a paciência da Assembleia Legislativa com o modo de governar sem diálogo, sem mediação, sem demonstrar na ponta do lápis as contas que falam da boca para fora para a imprensa, porque a gente não é obrigada a acreditar.

Por fim, vou aproveitar meus últimos dois minutos para tratar de uma polêmica aqui, que foi a suspensão das sessões na semana passada. Quando a gente voltou ao trabalho presencial, logo no primeiro dia eu disse que seria contra. Eu perdi um pai, assim como 140 mil famílias brasileiras perderam parentes queridos durante a pandemia. Não achava necessário que a gente se arriscasse aqui no plenário.

Com essa nova posição, que é difícil para a gente, viu, Douglas? É difícil estar construindo com o senhor. É difícil estar construindo com o senhor, Gil. É difícil estar construindo com o Telhada, com todo o respeito. Mas a gente está fazendo isso, mais uma vez, porque esse projeto é ruim. É ruim, é um ataque às pessoas.

Mas, quando a gente sentou e conversou sobre a permanência do presencial, inclusive por conta deste projeto e das dificuldades de este projeto tramitar com o presencial, eu falei o seguinte aos senhores: “Não vou ficar em plenário nem colocar os meus companheiros mais velhos em risco se os senhores não tomarem as medidas sanitárias”. Houve aqui gritos de “Eu tenho imunidade parlamentar”, “Não posso ser multado”, “Não podem me tirar do plenário”, e gente insistindo em ficar sem máscara.

O que eu pedi foi que se fizesse cumprir a legislação vigente, porque não existe aqui nenhum parlamentar acima da lei. O que eu pedi foi que a Justiça se fizesse valer aqui nesta Casa, porque qualquer organismo público, comércio, está obrigado ao uso de máscaras por todas as pessoas que o frequentam. Só nesta Casa tem gente que tem a falta de vergonha de vir a este microfone dizer: “Tenho imunidade parlamentar, não posso ser multado”.

Esse foi um pedido de liminar pela saúde dos trabalhadores desta Casa, que entrei no primeiro dia de liminar, na primeira vez em que vi um parlamentar sem máscara aqui na tribuna, com uma trabalhadora da faxina, uma mulher negra, sendo obrigada a colocar a sua vida em risco e ficar limpando este microfone constantemente.

Infelizmente, ou felizmente, a liminar foi concedida mais de um mês depois, na semana passada, mas os senhores sabem muito bem que, independentemente de liminar ou não, do regime que a gente tem de trabalho, continuo fazendo um vídeo aqui pela vida dos trabalhadores, pela minha vida, pela vida dos deputados mais velhos, que a gente mantenha as medidas sanitárias.

Não sejamos inocentes, pois não é por isso que o governo iria negociar com a gente, assim como não negociou até agora, assim como, nestes 45 dias, a gente não viu um secretário vir aqui explicar essas contas pífias que estão tentando enfiar goela abaixo da gente. Então, o PSOL vai seguir na obstrução. Vamos seguir em uma articulação. E a gente está muito próximo.

É claro que a gente não tem 30 milhões por ano para oferecer para parlamentar em emendas. A gente também não tem cargo no governo para oferecer para parlamentar, mas a gente tem a certeza de que cada um que votar favorável a esse projeto vai estar pagando a conta cara nesta eleição, em seus municípios, porque está atacando setores essenciais para a população.

E a gente está muito perto, Cauê e Carlão, de derrubar, historicamente, pela primeira vez, o governador João Doria na Assembleia Legislativa.